

SUBSÍDIOS PARA UM NOVO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

Evolução e diferença do sistema agrário de Dilermando de Aguiar, RS.

Eliane Dalmora¹

RESUMO

Com base num projeto de Extensão Universitária da UFSM, realizado no município de Dilermando de Aguiar - RS, busca-se compreender os mecanismos de evolução dos sistemas de produção agrícola em relação as transformações da paisagem e as mudanças sociais efetivadas de 1640 aos anos 90. A perspectiva histórica de diferenciação social e de transformação dos ecossistemas serve de subsídio para a revisão crítica da pesquisa sobre o meio ambiente rural. O estudo do sistema agrário, sobre o eixo espacial e temporal, denota descontinuidades nos processos de expansão sócio-econômica que afetam o modo de vida e de trabalho no campo e comprometem a qualidade dos ecossistemas.

Palavras -chave: diagnóstico rural participativo, codesenvolvimento, enfoque de sistema agrário.

¹ Eliane Dalmora é aluna do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Doutorado em Ciências Humanas

**SUBSÍDIOS PARA UM NOVO ENFOQUE DE DESENVOLVIMENTO RURAL.
Evolução e diferença do sistema agrário de Dilermando de Aguiar, RS.**

Por Eliane Dalmora

I. INTRODUÇÃO

Na região Central do Rio Grande do Sul (RS) acentuaram-se, nos últimos anos, os fluxos migratórios para regiões mais dinâmicas, devido à quase inexistência de oportunidade de trabalho e de alternativas culturais. O problema encontra-se ligado à crise dos modelos dominantes de desenvolvimento agrícola e agroflorestal. O uso intenso de agrotóxicos, que tem afetado gravemente a qualidade de vida e de trabalho das populações e a simplificação dos agroecossistemas associados à especialização produtiva pelas monoculturas vem ameaçando as condições de reprodução dos ecossistemas. Para a agricultura familiar são muitos os motivos que, no passar dos anos, têm levado ao abandono do campo e ao agravamento dos problemas em regiões mais urbanizadas. Trata-se de uma situação problema recorrente em áreas rurais no Brasil, às voltas com a incipiência de um novo projeto de desenvolvimento baseado na prudência ecológica e na autonomia das populações.

Desta perspectiva, através da análise da evolução do sistema agrário, fica evidenciada a necessidade de um desenvolvimento durável, considerado como um desenvolvimento sócio-econômico onde o mundo natural fornece os recursos e as atividades agrícolas e industriais evoluem e se diversificam (Deffontaines & Brossier, 2000). O sistema agrário consiste, segundo Cadesca, na: “reconstrução da realidade agraria e sua evolução, a qual permite, como instrumento de análise compreender as articulações que se geram na agricultura” (1988). Como um instrumento útil para conceber e implementar um novo padrão de desenvolvimento agrícola local, o estudo do sistema agrário tem sido usado para designar o conjunto de todos os elementos físicos, biológicos, econômicos, sociais e demográficos envolvidos numa área, formando uma combinação que se expressa num certo tipo de habitat, uma certa organização do território e um certo tipo de paisagem (Cholley apud Deffontaines & Brossier, 2000). Através dele, pode-se resgatar a dinâmica dos processos de diferenciação social e seus

impactos sobre os ecossistemas agrícolas e florestais. Um dos desafios para os especialistas em desenvolvimento rural é buscar compreender os mecanismos da evolução dos sistemas de produção agrícola em relação as transformações ecológicas e as mudanças nas relações sociais efetivadas no espaço e no tempo (Dufumier, 1996; Vassalo, 1998; Deffontaines & Osty, 1977).

A pesquisa que serviu de suporte à elaboração deste artigo procurou tornar inteligíveis os processos históricos pelos quais os diversos sistemas agrários existentes em escala mundial evoluíram, sob a dupla dependência de condições ecológicas e de transformações sócio-econômicas. As situações concretas vivenciadas pelos especialistas em desenvolvimento rural permitem-nos distinguir sistemas tais como: os florestais de agricultura itinerante presentes desde o neolítico e mantidos de modo residual na África, Ásia e América Latina; os *pastoris* das pradarias que se estendem pela maior parte das formações vegetais abertas; os agrários de policultura-criações de repouso da terra e cultura intensiva, resultado da primeira revolução agrícola dos países temperados e os agrários especializados, motorizados mecanizados e químicos característicos da revolução agrícola contemporânea (Dufumier, 1996; Mazoyer & Roudart, 1997). Para cada um desses grandes tipos de sistema existem numerosos variantes regionais ou locais a serem reconhecidos nos diagnósticos que venham a subsidiar as propostas de desenvolvimento rural. No contexto específico da região Central do RS, os sistemas agrários modernizados não são exclusivos; ocorrem de modo concomitante aos sistemas *pastoris*, itinerantes e de policultura-criações.

Em síntese, a identificação dos tipos de espaço, a caracterização das situações agrárias locais e a qualificação das formas de organização correspondentes geram a impressão de um contexto favorável ao desenvolvimento durável (Sabourin, 1999). A análise centra-se no estudo de um município, como delimitação política administrativa, mas que está inserido no contexto regional e global. O diagnóstico, desenvolvido de modo participativo, traça um retrato não mais fragmentado da região e visa subsidiar as organizações locais na definição das propostas de ação para o ecodesenvolvimento. O diagnóstico participativo tem como premissa a participação efetiva dos atores em todas as etapas do processo desde a definição da demanda até a discussão das propostas de intervenção, sendo visualizado como um processo contínuo de formulações, definições de propostas e avaliação das ações implementadas.

No presente estudo de caso o enfoque de sistema foi assumido por um grupo multidisciplinar vinculado ao projeto de Extensão denominado Universidade Solidária². Durante ao ano de 1998, além da participação das reuniões de problematização da realidade junto as comunidades rurais, foram aplicadas 40 entrevistas semi-estruturadas, complementando a análise de documentos históricos. As Zonas Agroecológicas a serem referidas no corpo do

² Contribuíram para o levantamento e discussão de dados os alunos do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, turma de 1998, o Professor Dr. em Desenvolvimento Rural José Renato Duarte Fialho e o Geógrafo Marcos Vinícius de Barros.

trabalho foram definidas através do cruzamento de informações obtidas nas ações com as comunidades e pela imagem de satélite com o cruzamento de mapas temáticos (solos, relevo e demografia).

II. ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE DILERMANDO DE AGUIAR

A abordagem agroecológica envolve a dimensão da análise da paisagem (que nos fornece informações acerca dos fatos do passado e do presente ocorridos no meio analisado) e a dimensão das ações humanas (entendido no sentido das ações significativas que vai além do mero entendimento dos modos de conduta reativos) {Pires, 1998}. Nesse contexto, os agricultores familiares realizam a produção com base na inter-relação dada pelas condições do meio ambiente que o circunscreve e a disponibilidade de recursos econômicos e sociais (Martini & Garcia 1992; Silveira, 1994).

Visando detalhar o modo como interagem as dimensões sócio-econômica e ambiental, na presente pesquisa, foram definidas três zonas agroecológicas distintas entre si, em termos de uso e apropriação da paisagem. As zonas agroecológicas denominadas de irrigada, campo nativo e mata estão apresentadas no Quadro I e identificadas no Mapa I.

Quadro I - Características das Zonas Agroecológicas

Zona	Irrigada	Campo	Mata
Declividade	I	II	III e II
Atividades de produção	Arroz/pecuária	Pecuária	Lavouras/pecuária peq.
Grau de proteção	Baixa/ muito baixa	Médio a muito baixo	Muito baixo
Grau de erosão	Nula	Ligeiro e moderado	Moderado a forte
Imped. Mecanização	Nula	Ligeiro e moderado	Moderado a forte
Vegetação característica	Campestre	Campestre	Floresta subtropical
Unidades de Mapeamento	São Pedro, Vacacaí, Santa Maria	Santa Maria	Venda Grande e Santa Maria

Cada zona agroecológica acima definida apresenta uma combinação característica em termos de fatores físicos limitantes ao uso de determinadas tecnologias agrícolas; a formação do solo;

o grau de proteção proporcionado pela vegetação protetora; a suscetibilidade à erosão e o grau de limitação e impedimento a mecanização³.

Na zona agroecológica mata a transformação dos ecossistemas vem sendo drástica, pois os colonos europeus consideram a prática do desmatamento como vital para o desenvolvimento das lavouras anuais, além do autoconsumo intenso da lenha e o seu comércio frente a demanda da rede ferroviária e, mais recentemente da secagem do fumo cultivado na região. Nessa zona, o predomínio da agricultura familiar descapitalizada, exige a pesquisa de formas alternativas de produção, na medida em que se trata de áreas de solos litólicos (caracterizados por serem muito rasos, pouco férteis e ácidos). As áreas de solos Brunizem não apresentam esses mesmos limitantes em termos de fertilidade natural (apesar de serem também pouco profundos). As atividades de produção aqui propostas devem considerar as restrições à mecanização intensiva dos solos, a estrutura fundiária restrita e a adequação dos produtos às exigências dos mercados.

A zona agroecológica irrigada apresenta suscetibilidade no solo Vacacaí, pela drenagem insuficiente, de outro lado, há boa reserva de nutrientes e inexistem impedimentos à mecanização em termos de declividade do terreno. Os recursos hídricos vem sendo usados de forma predatória, levando ao esgotamento gradativo das nascentes, ao assoreamento das fontes, ao desmatamento e à eliminação dos ecossistemas de banhados. A cultura de arroz desenvolvida pelos agricultores patronais acaba contaminando toda a bacia hidrográfica com resíduos de matéria orgânica e química. A aviação como forma de distribuição dos insumos

³ No que tange ao **grau de proteção por tipos de cobertura vegetal** ROSS (1996), categoriza a os seguintes grau de proteção: a) **muito alta** com florestas, matas naturais, florestas cultivadas com biodiversidade); b) **alta** com formações arbustivas naturais com estrato denso tipo herbáceo ou tipo capoeiras, cerrados, mata secundária ou pastagem cultivada sem pisoteio excessivo ou cultivos de ciclo longo; c) **baixa** com culturas de ciclo longo de baixa densidade, com solo exposto ou culturas de ciclo curto (arroz, trigo, feijão, milho) ou com cultivo em curvas de nível; d) **muito baixa** com áreas desmatadas e queimadas recentemente ou solo exposto ao longo dos caminhos e estradas ou terraplanagens ou culturas de ciclo curto sem práticas conservacionistas.

Fasolo (1996), também estabelece o **grau de suscetibilidade a erosão** tendo o declive como um dos indicadores. Dividem-se em terras com suscetibilidade nula à erosão até as terras com forte suscetibilidade pois os declives são de 20% a 45% . O grau de suscetibilidade a erosão diz respeito ao desgaste que a superfície e do solo pode sofrer, quando submetida a qualquer uso, sem medidas convencionistas. Está na dependência das condições climáticas, das condições do solo (textura, estrutura, permeabilidade, profundidade, capacidade de retenção de água, pedregosidade) das condições do relevo (declividade, extensão do pendente e micro relevo) e da cobertura vegetal.

Com relação ao **grau de limitação e impedimento da mecanização**, Fasolo (1996), divide as terras abrangendo os seguintes graus: a) nulo: terras que permitem em qualquer época do ano o emprego de todos os tipos de máquinas e implementos agrícolas e. apresentam declividade inferior a 3%; b) Ligeiro: permitem o emprego de máquinas durante todo o ano entre 3 a 8% ;c) Moderado: terras que não permitem o emprego de máquinas durante todo o ano. A declividade está entre 8% a 20 %; d) Forte: terras que permitem apenas o uso de implementos de tração animal ou máquinas especiais. Os declives variam 20 a 45%. e) Muito forte: terras que não permitem o uso de máquinas e dificultam o uso de implementos de tração animal. Declives superiores a 45%.

para formação da lavoura de arroz, especialmente os herbicidas, tem levado a contaminação dos entornos. A expansão e a continuidade da lavoura de arroz deve ter como limite a disponibilidade de água, bem como a equidade no direito de uso da água que vai além dos limites da propriedade e mesmo do município. A zona agroecológica campo nativo apresenta solo rico em minerais e moderadamente drenados, o que favorece grandemente a pecuária, a formação de pastagens e outras forragens para o gado. A potencialidade para a mecanização da limpeza dos campos nativos é uma via importante para eliminar os efeitos nocivos da queimada sobre a fertilidade natural dos campos.

A agricultura familiar enfrenta vários obstáculos para se manter com atividades social e ecologicamente prudentes. Todas essas prioridades podem ser construídas se o agricultor e sua família estiverem engajados num projeto de organização coletiva em termos de estratégias de mercado e de organização da produção. A agricultura patronal onde se desenvolve a lavoura capitalista de arroz precisa ver redefinidas suas bases tecnológicas e de direitos de uso das águas. O uso intensivo de agrotóxicos tem afetado a população local principalmente pela contaminação das águas e a irrigação realizada tem consumido pequenos veios d'água alimentadores da bacia reduzindo a disponibilidade de água aos pequenos proprietários de terra, pecuaristas e moradores.

III. O SISTEMA AGRÁRIO DE DILERMANDO DE AGUIAR

O espaço relativo ao então município de Dilermando de Aguiar, vem há séculos sendo transformado pela ação das populações indígenas, pela ocupação espanhola e pelos luso-brasileiros, pelos negros escravos, índios dominados e mais recentemente, pelos imigrantes de origem européia. Cada população que assenta-se sobre esse espaço físico instala uma marca característica de sua racionalidade e sua possibilidade de intervenção tecnológica. Mas esta marca proporcionada pela sociedade não fica imune das influências dos próprios condicionantes do meio físico.

III.1 A ocupação portuguesa e os processos de exclusão dos povos indígenas

Estudos arqueológicos realizados na região denotam a presença da população indígena da tradição Tupiguarani que apresentavam a técnica de acordoamento, o tratamento da superfície e a queima de vasilhames (Silva, Prade & Klein, 1993). Vestígios de populações indígenas são encontrados pelo município de Santa Maria, ressaltando inclusive a sua presença na localidade de Dilermando Beltrão (1979). Mais recentemente, pesquisadores ali localizam um cemitério indígena, o que vem a reforçar as evidências da presença indígena na região. No sítio arqueológico de Cabeceira do Raimundo, localizado no município, a cerâmica indígena data de aproximadamente 1500 anos d. C. até mais ou menos 1700 d. C.

Tratando-se de uma área de campo aberto, distante de maiores cursos d'água a alimentação dependeria da caça, da coleta e dos cultivos. Os Tupi-guaranis são denominados pelos

antropólogos de horticultores da floresta tropical, de modo similar aos existentes na Amazônia (Schimitz, 1991). Tinham a prática de fazer as roças abrindo clareiras na mata sob o auxílio das queimadas. A área é deixada em descanso após o cultivo, para que a fertilidade natural do solo seja recomposta e novamente cultivada. O caráter itinerante da população permitia dar tempo para que houvesse a reconstituição da vegetação então alterada. As marcas deixadas por esta população se expandem pelo território regional, mas as alterações provocadas são incomparáveis à aquelas ocasionadas pelos hábitos sedentários e produtivistas da população européia, como veremos a seguir. Nos dias atuais a paisagem coberta por matas foi transformada em campos de criação do gado e pequenas lavouras. Os indícios de mata estão denotadas em pequenas faixas das encostas maiores, ao longo de recursos hídricos e em depoimentos dos anciões: “aqui teve muito lugar que é campo que dizem que era mato (...) era mais comum que tinha Ipê, Cabriúva, Canela, Guajuvira, Timbaúva, Tarumã e Aroeira” (Produtor Rural de Campo da Pedra).

Conforme Schimitz (1991), no século XVI todas as áreas de mata subtropical ao longo da Costa, na borda do Planalto, na serra do Sudoeste e ao longo dos rios, estava ocupada pelos agricultores guaranis. Essa população será gradativamente espoliada pela ação dos bandeirantes em 1635: ‘é muito difícil calcular quantos Guaranis foram levados para as plantações de São Paulo ou mortos nas refregas e no transporte. Geralmente se crê que seriam mais de 60.000. Alguns falam em 300.000 (...). Num pequeno espaço do noroeste do Rio Grande do Sul, do norte da Argentina e do sudoeste do Paraguai ficaram concentrados em 30 reduções jesuíticas, eram mais de 100.000. Logo, esses também são exterminados em grande maioria com a ação dos militares.

Os índios voltam a emergir no espaço de Dilermando, mas não mais como horticultores autônomos. Ficam condicionados a situação de pagar favor aos estancieiros que lhes oferecem “proteção”, em troca, realizam o duro trabalho com o gado (Saint-Hilaire, 1997). Muitos índios são encontrados subjugados nas estâncias, em síntese há a completa apropriação do espaço indígena. A violência foi a forma de coerção e eliminação quase que completa de um povo e de uma natureza que outrora dominava o espaço riograndense e que se construía de forma diversa e apropriada nas diferenças marcantes entre os ecossistemas florestais e campestres.

Até o final do século XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservavam não apenas indefinidas mas de todo o modo descuidadas. Consta que a região de mata de Dilermando de Aguiar foi explorada pelos espanhóis, que identificam a então riqueza da mata da área de transição floresta/campo, como se refere Beltrão: “Quando os espanhóis ocupavam até o Riacho dos ferreiros, os bascos exploravam o corte de madeira e enviavam as tábuas por terra, até Montevideú, daí o nome de Biscaino, que ainda hoje dá-se a essa localidade” (1979). Há que considerar que haviam limites para o transporte e a extração de madeira em regiões distantes de grandes rios, portanto, essa primeira extração madeireira se caracterizou por ser seletiva e localizada nos morros testemunhos, que abrigavam árvores mais frondosas.

Somente a partir de 1640 os portugueses trataram de fixar as fronteiras no Sul. As décadas seguintes foram marcadas por uma série de conflitos na fronteira e que se prolongam pelo século XVIII. Tropas são destacadas para a defesa de territórios e povoadores de São Paulo vão se estabelecendo pelos campos. Em 1777, com o cessar das guerras, começa a se estabelecer uma atividade de produção econômica mais estável (Prado Júnior, 1976). A ocupação da região deu-se a partir de Santa Maria e foi marcada pela presença dos militares que aqui estabeleceram seu povoamento e a gradativa apropriação dos campos. Há a concessão de sesmarias a militares como forma de recompensa a seu engajamento em defesa do território, desse modo as estâncias de criação de gado no início, não tinham propriamente um objetivo de produção, mas de garantir ocupado o espaço da fronteira. Como bem se refere Belém: “o objetivo da guarda ali localizada era cuidar a nossa fronteira com terras do domínio espanhol” (1933). Assim a economia na região fica por longos tempos marcada por uma forma de produzir voltada a criação natural do gado e baseado no trabalho dos índios, havendo pouco investimento no trabalho de escravos negros (exceção às charqueadas e às atividades domésticas e de produção de alimentos) (Saint-Hilaire, 1997; Prado Jr. , 1976).

Dilermundo de Aguiar era denominado sub-distrito de Pau Fincado cujos limites de área era diverso do estabelecido atualmente, ali as primeiras sesmarias são concedidas aos militares que estavam instalados no acampamento de Santa Maria ou envolvidos nas lutas pelos domínios continentais. Entre as sesmarias doadas na região identifica-se algumas que provavelmente abrangem área correspondente ao atual município. Convém considerar que nos registros históricos não há uma indicação precisa da localização das sesmarias doadas. Porém, muitas das atuais comunidades mantiveram denominações que são indicativos claros dessa processo de constituição da estrutura fundiária concentrada nos campos riograndenses.

Há muitas concessões de sesmarias na região⁴, sendo que apresentam tamanhos variados e as áreas nem sempre são precisamente delimitadas o que impede-nos de estabelecer com precisão a localização precisa de cada uma delas. O fato de muitos beneficiados pelas sesmarias não dedicarem-se atividade faz com que o direito seja repassado para outras famílias, fazendo com que, desde já, hajam divisões e subdivisões das estâncias.

⁴Segundo Belém (1933) e Beltrão (1979), identifica-se na região de Dilermundo de Aguiar (na época pertencente ao sub-distrito de Santa Maria que é 5. Distrito de Cachoeira do Sul e denominado de Pau Fincado), as seguintes concessões de sesmarias: **1799** Sesmaria a Bernardo Cardoso (Sarandi); **1792** Sesmaria a José Pinto entre os campos do Arenal e o banhado de Santa Catarina e a José Antônio Mendonça entre o Arenal e Banhado de Santa Catarina; **1806** Sesmaria de Manuel Antônio Teixeira de Cerqueira César e Antônio Dias de Andrade e Antônio da Costa Pavão; **1814** Sesmaria a Felisberto dos Santos Moraes (na Coxilha do Pinheiro), Manuel Antônio Teixeira e Manoel Carneiro da Silva e Fontoura; **1820** O Cel. José Maria da Gama recebe uma carta de sesmaria, cuja superfície abrangia grande parte do terreno do que é hoje o Distrito de Dilhermundo de Aguiar; **1821** Estância do Filipinho (parte dela fica pertencendo a família Jobim); Estância de José Maria Gama D'Eça, Região da Picada do Gama; **1889** Joaquim da Costa Pavão é fazendeiro do Picada da Gama.

Por outro lado, a legislação limita as doações de sesmaria a três léguas, o que não impede a formação da grande propriedade pela desconsideração às leis (Silva, 1996). As sesmarias doadas apresentavam tamanhos variados, havendo inclusive, processos de vendas da sesmaria para estancieiros interessados em dedicar-se com afinco à produção de gado, o que permite iniciar uma economia regional mais dinâmica. Desde o início, tal economia é desigual, marcada por um grande número de posseiros (pobres, índios, caboclos, negros alforriados) que sem acesso a terra avançavam sobre áreas inexploradas abrindo novas fronteiras agrícolas. A vegetação natural dos campos, juntamente com a rica fauna vão gradativamente sendo transformados, pela queima excessiva, pelo pastoreio e pelas roças abertas entre as áreas de solos mais ricos. Isto ocorre especialmente, porque a população indígena na condição de trabalho subjugado é destituída de seu conhecimento local e de sua base fundamental de vida - o direito a terra e o trabalho livre. A pressão sobre os fragmentos de florestas é desde já intensa, sendo transportada para as regiões mais centrais dos pampas, completamente carentes de “madeira de lei” amplamente utilizada na construção de móveis, equipamentos agrícolas, cercas e lenha.

Na região de Santa Maria, em 1801, são trazidos pelos soldados 7700 animais apreendidos dos espanhóis na conquista das missões (Beltrão, 1977). Isso indica que o gado que povoava as estâncias era chimarrão, sendo necessário o trabalho dos peões para a manutenção da estância. Nesse período, não há charqueadas no local o que condiciona os criadores a transportar o gado até a charqueada mais próxima em Pelotas. A posição geográfica favorece o intercâmbio comercial com centros populosos como Buenos Aires e Montevidéu. Em 1821 nos arredores de Santa Maria há muitas estâncias (com 6000 cabeças de animais), além do gado desenvolvem a atividade de produção agrícola abastecendo pequenos mercados de consumo em municípios como o de Alegrete cuja a produção de alimentos é escassa. O abundante gado vacum e o cavalar, constitui -se de maior importância para a economia da região em ascensão (Belém, 1933). Como processo de conservação de carne, que não era consumida imediatamente, elaborava-se o charque. Segundo consta o charque era um produto caseiro, feito em pequena escala e sem expansão comercial, devido as dificuldades de obtenção de sal e a distância dos meios de transporte mais favoráveis na época - o transporte fluvial (Marques, 1990).

III.2 Do despovoamento dos campos à reconstituição dinâmica (1820 - 1910)

Gradativamente, entre os anos de 1820 a 1845 estabelece-se um momento de retração da economia agropecuária do RS que passa pelo processo revolucionário da Revolução Farroupilha. No povoado de Santa Maria ficaram somente mulheres, crianças e idosos, os campos ficam vazios, pois o gado foi apropriado pelos militares, o que contribui para a estagnação econômica da época: “fazendeiros, agregados, comerciantes e peões abandonam as ocupações produtivas para pegar as armas (...). O cavalo era arma de guerra. O gado vacum era o único alimento das forças que se degradavam, daí ocorre o despovoamento dos campos” (Belém, 1933). Na região, também se estabelece um combate da Revolução Farroupilha que

fica conhecido como Combate da Porteirinha - se localiza entre a Fazenda do Filipinho e a Porteirinha. Os assaltos às estâncias e casas comerciais são freqüentes.

Com o fim da revolução que coincide com o processo de formação político administrativo da vila, retoma-se o desenvolvimento num ritmo mais lento que o anterior, sem alterações drásticas em sua estrutura agrária. Com a volta dos combatentes, os campos voltam a ser cultivados e o gado entra em expansão com a proximidade das indústrias pastoris. A charqueada de Pelotas absorvia o gado da região que era conduzido pelos tropeiros. A pecuária valorizava-se gradativamente constituindo na principal atividade de produção do estado.

A região de Boca de Monte fazia ligação com São Martinho, desde registros de 1756, através de um caminho geral que, vindo do Sul, passava por São Gabriel, Dilermando de Aguiar e Boca do Monte, chega em São Martinho. Esse caminho geral constitui o dinamismo local através do comércio e a prestação de serviços gerado em torno dos tropeiros e viajantes que o percorrem. Uma nova charqueada se localiza no ano de 1878 agora mais próxima de Santa Maria: a Charqueada do Paredão em Cachoeira do Sul (Marques, 1990). Diminui-se as distâncias para o transporte do gado e, conseqüentemente as perdas de peso ocasionadas pelo desgaste da caminhada. Porém há limites para sua expansão já que o transporte dependia do nível da água do Rio Jacuí. Em épocas de seca era interrompido o transporte, limitando a absorção do gado da região.

Com a construção da ferrovia, nova dinâmica é estabelecida em torno da indústria do charque. O limite geográfico que centralizava o processamento da carne bovina nas localidades litorâneas foi então superado pela rapidez e capacidade de transporte das ferrovias que ligam o interior do estado a rede portuária. A influência ferroviária vai se efetivando pausadamente com base no tempo necessário para a conclusão de cada linha. Assim, a linha ferroviária Rio Grande - Porto Alegre começou a ser construída em 1877, só ficou completa em 1910 e o trecho entre Santa Maria e Passo do Jacuí ficou pronto em 1885. Outras charqueadas são fundadas com a construção da estrada de ferro, entre elas, há uma pequena charqueada na região serrana, localidade de Val-de-Serra, Santa Maria, RS. O charque tem seu período áureo até 1917, quando advém os primeiros frigoríficos.

Na primeira metade do século XX, o impacto das ferrovias sobre as florestas se amplia pelo mundo à partir expansão da rede ferroviária desenvolvida inicialmente nos países da Europa. A insaciável demanda de madeira como combustível ameaça principalmente as frondosas florestas dos trópicos (Gadgil & Guha, 1997). No Brasil, a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande resultou em grande impacto social (por atingir populações que viviam nas terras devolutas) e ambiental (constitui em uma via de transporte de madeira e consumo de lenha e tábuas). A pressão vai se acentuar e causar maiores danos quando são abertas relações com novos mercados a partir da melhoria proporcionada com as demais vias de transporte e o avanço das técnicas de exploração florestal.

A dinâmica do espaço agrário teve modificações significativas à partir de 1878 com a chegada do imigrante italiano à região de Silveira Martins. A ferrovia foi um importante dinamizador também para a produção de alimentos, tendo em vista a ligação com as cidades da fronteira que apresentavam déficit de gêneros alimentícios. Tal dinâmica foi expandida com a ocupação dos imigrantes italianos na região. Também o transporte do gado pela ferrovia, favorece os pecuaristas eliminando os tropeiros e os demais serviços (cuidados com animais de carga, hospedagem nos caminhos dos tropeiros, fabrico e manutenção de carroças) relacionados com essa atividade.

Em 1978, uma nova charqueada se instala em Cachoeira do Sul (Marques, 1990). Com isso, diminuem as distâncias para o transporte do gado e, conseqüentemente, as perdas de peso ocasionadas pelos desgastes das caminhadas. Também supera a dependência das cheias do Rio Jacuí no que tange ao transporte fluvial do gado. Com a construção da ferrovia nova dinâmica é estabelecida em torno da indústria do charque. O limite geográfico que centralizava o processamento da carne bovina nas localidades litorâneas foi então superado pela rapidez e capacidade de transporte das ferrovias que ligam o interior do estado a rede portuária. Muitas charqueadas são fundadas com a construção da estrada de ferro, e mantém um período de intensa produção até 1917, quando advém os primeiros frigoríficos.

III.3 A dissociação das sesmarias e o fortalecimento da agricultura

No processo histórico de divisão das propriedades por herança há uma tendência “natural” de redução do tamanho das propriedades fundiárias dos estancieiros, onde a propriedade é transmitida em um sistema de distribuição eqüitativa para cada um dos filhos e, igualmente para o cônjuge. Muitos se tornaram proprietários de terras por terem casado com filhas de grandes proprietários da região, os quais se tornaram proprietários por herança. Identifica-se a obtenção de terras e formação de propriedades fundiárias de tamanhos variados com base na doação de sesmarias, a herança familiar, o matrimônio entre famílias proprietárias ou não e a compra de antigos proprietários.

Também se observa na região de campo a forte presença dos caboclos sem terra que vivem entre uma fazenda e outra buscando dias de serviços, fazendo pequenas lavouras como meeiros ou parceiros. Alguns tiveram o “privilégio” de se manter como agregados e com o tempo até adquirir pequenos pedaços de terra (dificilmente ultrapassando os 10 ha de campo). Talvez estejam eles nos fundos de campo, distantes das moradias do estancieiro, com o papel de reparar o gado em troca do favor tornam-se proprietários de pequenas glebas de terra. Em troca do favor acabam recebendo algum gado ou pedaço de terra que o permite modificar sua condição de “morador”. A grande maioria, no entanto, permanece como sem terra, realizando trabalho de peão e pequenas roças como forma de garantir a subsistência, nada sobra para reserva de valor aos filhos ou para tornarem-se proprietários de terra. Não se tem com precisão o número de trabalhadores rurais permanentes e temporários que viviam no município, mas consta que eram muitos, como se percebe pelas inúmeras escolas isoladas de primeiro grau incompleto dispersas pelas localidades do município. Pelos relatos orais de moradores antigos, eles viviam na condição de favor exercendo atividades entre as fazendas e fazendo roçados como meeiros ou parceiros. Por outro lado, a abertura de novos intercâmbios entre as regiões favorecia a produção de gêneros alimentícios para a comercialização com a fronteira. Ampliam-se as atividades de lavoura com a abertura de mercados novos através das ligações entre municípios distantes. O feijão, a carne em forma de charque e a farinha de mandioca são os produtos comercializados na estação. Posteriormente, são comercializados até Uruguaiana, milho, feijão e batata doce. A demanda de lenha para a estação de trem passa a induzir a exploração da lenha, produto até então pouco valorizado no mercado. O processo de desmatamento para fornecer madeira para a ferrovia mantém-se durante algumas décadas, quando há o esgotamento das reservas locais, aliado a pressão exercida pela prática de pousios cujos intervalos de descanso vão sendo reduzidos dos tradicionais dez a vinte anos para apenas quatro a cinco anos. Gradativamente, diminui o potencial da regeneração da mata pela redução da biomassa e a perda da fertilidade do solo pelo efeito das queimadas.

III.4 Nova dinâmica com a integração dos mercados regionais (1930 à 1950)

À partir de 1930 uma nova dinâmica estabelece-se no município já que muitos imigrantes tinham habilidades ligadas a atividades não agrícolas. Os artesãos através de suas habilidades múltiplas desenvolvem o comércio, ferrarias, olarias, moinhos e o processamento de produtos agrícolas (cachaça, vinho, banha, salame, farinhas), o que fortalece a autonomia da economia local e dos intercâmbios regionais (Beltrão, 1979). Nas localidades com pequenas propriedades constitui-se uma dinâmica similar a da região colonial, baseada numa agricultura diversificada, numa agroindústria caseira e num comércio diversificado. Na sede do distrito estabelece-se um povoado de moradores que desenvolvem atividades ligadas ao entroncamento ferroviário. Em seu entorno, um hotel foi construído para os viajantes que ali pernoitavam para fazer escala de trem. Na agricultura há uma valorização do produto agrícola que passa a ser produzido pelos imigrantes e até pelos pecuaristas (até então, haviam mantido essa região de mata com parca atividade por não apresentar valor para a criação de gado).

Em 1927 registra-se a produção de arroz irrigado com o auxílio do locomóvel. Começa-se a explorar as áreas de várzea localizadas na beira do Rio Ibicuí, que faz divisa com o município de São Pedro do Sul e pequenos afluentes do mesmo rio. A produção de arroz é realizada por alguns poucos criadores de gado do tipo patronal que já tinham a tradição de formação de lavouras, tais como as de mandioca e de cana. Como a grande maioria dos pecuaristas não tinha a tradição de atividades ligadas a agricultura o arroz ficou restrito a algumas famílias. O sistema de produção de arroz irrigado baseado na tração animal exigia grande quantidade de mão-de-obra. A mesma dinâmica não ocorre na atividade de pecuária devido a grande depreciação no preço do boi. Como alternativa à crise, muitos pecuaristas arrendam suas áreas para outros agricultores. Inicia-se então, o uso agrícola das terras tradicionalmente vinculadas a pecuária.

No período compreendido entre a década de 30 e a segunda metade da década de 80, é produzido o fumo em corda na zona agroecológica da mata. Tal cultura é própria da agricultura familiar que desenvolve um sistema específico de agricultura itinerante como forma combinada de aliar a redução do trabalho, potencializar fertilidade natural ao solo e controlar pragas e doenças. Assim, o solo é preparado em áreas de capoeira em estágio de regeneração natural cuja eliminação é feita através da queima e o plantio de mudas em covas realizadas por meio de enxada e as mudas são provenientes de sementes próprias do agricultor. Devido ao serviço manual, a área cultivada ficava em torno de um hectare pois, após a colheita e secagem do fumo, havia o preparo da corda que também era realizado pelo agricultor e sua família. Fazia-se o cultivo dependendo apenas da reposição natural da fertilidade natural do solo, com o tempo dado para a terra permanecer em descanso. Após muitos anos de uso do solo neste sistema de pousios reduzidos, há um gradativo esgotamento da fertilidade natural do solo. Também há fortes indícios de redução das reservas florestais, implicando na perda de uma fonte de renda adicional ou de um importante recurso dinamizador da economia doméstica. Em 1950 há uma pequena iniciativa de plantio florestal, sob incentivo de um político tradicional da região, o que denota a gravidade da situação com o fim das matas nas regiões do entorno à ferrovia e, mais especificamente, pela exploração intensa gerada pelos imigrantes.

Nesse período, ocorre forte diferenciação social dos produtores agrícolas:

- a) na zona agroecológica irrigada distinguem-se os **proprietários de estâncias que integram** a cultura de arroz à pecuária; paralelo abre-se para o contrato de **trabalhadores temporários** na colheita do arroz, mantendo os tradicionais **agregados e peões** (na lida com o gado).
- b) na zona agroecológica mata distinguem-se os agricultores familiares em policultivos com diversificação lavoura/criações animais/ agroindustrialização caseira; **especializados** em fumo de corda com diversificação para subsistência; **comerciantes e prestadores de serviços; artesãos** com moinhos, ferrarias, madeireiras e os **parceiros** que são minifundiários, sem terra. Também há os localizados na zona agroecológica campo nativo, composta pelo: **produtor familiar tradicional; pecuarista tradicional; agregados; peões; trabalhadores temporários e parceiros.**

III.5 A nova integração de mercados e retração dos produtos coloniais (1951 à 1970)

Mudanças drásticas ocorrem, nesse período, em termos de integração regional. Até então, o principal fator dinamizador da economia local era o entroncamento ferroviário que ativava a sede do então distrito de Dilermando de Aguiar (através do deslocamento de viajantes e as trocas comerciais) e suas comunidades rurais. A rede ferroviária de transporte de cargas e passageiros gradativamente foi desativada, o que causa grande impacto nas localidades do entroncamento. Com o surgimento dos caminhões começa-se a substituir as carroças e carreteiros, o que tem a vantagem de redução do tempo para o transporte de mercadorias. A formação de uma rede viária favorável para tal transporte no interior do distrito se dá de uma forma lenta, prejudicando os produtores rurais mais distantes.

Rapidamente, estabelecem-se novas relações entre os mercados regionais, aumentando a competitividade entre os tradicionais produtos agrícolas. A economia colonial, baseada na fertilidade natural dos solos, na convencional agroindústria caseira, entra em decadência frente os novos produtos oferecidos pelas regiões mais dinâmicas e industrializadas do estado (Caxias do Sul, Porto Alegre, Fronteira Oeste) e de fora do estado (São Paulo). Os alambiques, tafonas, moinhos são desativados pela inadaptação às novas demandas legislativas e a concorrência com grandes grupos industriais nacionais e estrangeiros (Pesavento, 1983). Há migração de comerciantes e pequenos agro-industriais para áreas urbanas em emergência, frente ao acúmulo de um certo capital financeiro.

Os pecuaristas também são afetados por mudanças na sua atividade, reanima-se o mercado de carnes com a energia elétrica e os refrigeradores que chegaram nas casas dos consumidores dos centros urbanos em ampliação (Dacanal & Gonzaga, 1993). Nesse período o gado passou a ser comercializado no mercado próximo de Santa Maria, São Pedro e Rosário do Sul, onde se estruturaram pequenos abatedores e açougues de comercialização direta. O gado transportado de caminhão tem menos perda de peso, o que favorece ao produtor. Alguns pecuaristas começaram a melhorar sua produtividade com a introdução de novas raças e técnicas de manejo das pastagens.

Pecuaristas de maior porte desenvolvem o cultivo do milho, milheto e cana-de-açúcar e/ou de pastagem de inverno, visando reduzir o tempo de engorda, suprimindo as perdas de animais no período de inverno e também reduzindo os períodos de entre-safra. Para tanto foi necessário grande número de trabalhadores contratados já que as lavouras eram realizadas com base na tração animal. Sem interesses em fazer investimentos, muitos pecuaristas mantêm-se no sistema tradicional e gradativamente descapitalizam-se.

O arroz produzido na década de 50, é realizado em áreas agroecológicas propícias a irrigação tais como os banhados e os entornos de rios e arroios. São áreas que, até então, eram pouco valorizadas em termos de exploração agrícola e pecuária. Se constituíam muitas vezes num

problema para os pecuaristas especialmente em épocas de chuvas abundantes em que as terras baixas alagavam. Tal condição agroecológica é descrita por um pecuarista: “Aqui havia um banhado (...) tudo tinha que ser feito à cavalo e com boi. Depois com o negócio do arroz de ir drenando o banhado e plantando arroz, facilitou. Ficou a várzea e a água do banhado corre pelas canaletas” (C. E. V. de S. - Rincão do Pinheiro). O cultivo de arroz passou a ser uma vantagem para os pecuaristas por propiciar um aproveitamento diferenciado para áreas inaptas. Os pecuaristas que não tem interesse em dedicar-se numa atividade inovadora como a da formação de lavouras de arroz passam a arrendar suas áreas irrigáveis.

O arroz, ao contrário da soja e do fumo, vai ser uma cultura que emerge em diversas localidades de Dilermando de Aguiar, mas se localizando em pontos específicos pois seu avanço tem como limite a abundância de água de superfície para a irrigação. Em muitas localidades há um avanço rápido seguido de retração, pois as lavouras que situam-se em torno de arroios e córregos podem ficar comprometidas em anos com escassez de chuva. Como nesse período o arroz de tração animal demanda mão-de-obra abundante para realizar a colheita, a lavoura de arroz fica restrita aos pecuaristas mais capitalizados ou atinge área limitada a mão-de-obra disponível suprida pela família.

Na década de 40 e 60 o arroz era produzido com base na tração animal : “Com boi fazia açude, com ajuda de uma gaiota. Também lavrava capinava, envergava, tudo a boi, plantava lavoura de 3 quadras de arroz com boi. A irrigação era natural” (J. T. - Rincão do Pinheiro). As taipas eram socadas pelo pisoteio dos animais. Essa atividade envolvia o emprego de grande número de trabalhadores, na época de preparo do solo, na limpeza das invasoras e na colheita. Como a demanda de mão-de-obra era acentuada nesse período do ano, buscava-se trabalhadores diaristas de outras localidades da região. Colonos de cima da serra eram trazidos de trem para trabalhar na época da colheita de arroz. A adubação não havia, a base de produção era a fertilidade natural do solo, por meio de um manejo que envolvia a rotação de áreas lavoura/campo nativo e o descanso de áreas de lavoura: “A gente mudava de área para conservar a terra. Mudava de terreno a cada dois anos, fazia uma terra nova quando aquela terra amanhava (...) no segundo ano é que dava bem devido ao pouco trabalho do solo que era feito com boi” (Rincão do Pinheiro).

Nesse período há forte diferenciação social dos produtores agrícolas:

- a) na zona agroecológica irrigada há o **produtor patronal com integração** lavoura/pecuária; os **trabalhadores temporários e permanentes**.
- b) na zona agroecológica mato há o **agricultor familiar de poliatividades**, com diversificação lavoura/criações animais/ agroindustrialização caseira o **agricultor familiar especializado** em fumo de corda; **comerciantes; prestadores de serviços; artesãos e parceiros** .

III.6 A ascensão da modernização e a exclusão dos trabalhadores do campo

Em 1963, começa a vigorar o Estatuto do Trabalhador Rural (lei n. 4214) que estendeu aos trabalhadores do campo as vantagens asseguradas aos trabalhadores urbanos: salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa, direito à sindicalização e à proteção previdenciária. Em 1964, o Estatuto da terra vem complementar as modificações em curso entre as medidas, fixa as normas para as relações de parcerias e arrendamento e estabelece algumas normas também aos posseiros (Garcia Jr., 1989). Nesse novo quadro jurídico alteram-se as antigas relações *morador-senhor*. O agregado, até então condenado a subjugar-se aos proprietários, passam a ser amparado na justiça. As novas normatizações visam impedir que os patrões o expulsem sem indenizações, ou compensações monetárias. O *senhor* passa a ter as obrigações como empregador ou arrendatário. As relações até então estabelecidas entre agregados-proprietários rurais eram regularizadas por troca de favores, o morador tinha a terra para a cultivar a subsistência, o chão para morar e a proteção do *senhor*, em troca deveria realizar a jornada de trabalho na propriedade do *senhor*. Como se refere um entrevistado: “chamava o morador que morava na fazenda, tinham o gado na fazenda e trabalhavam, plantavam uns quadrinhos” (C. E. V. de S. - Rincão do Pinheiro).

Desse modo, o agregado não tinha salário, férias e poderia ser expulso da fazenda; no momento que perdia a “serventia” para o senhor, saía sem nada. Em contrapartida as relações de dominação pelo direito a moradia e a proteção trazem percalços ao trabalhador que deveria ajustar as novas relações contratuais instituídas, como se refere Martins:

O estatuto resolvia o problema de uma parte dos trabalhadores do campo e os afastava, esvaziando-a, da luta pela reforma agrária. De certa modo, a precedência da regulamentação das relações de trabalho implicava, objetivamente, uma opção política pela grande propriedade empresarial apoiada no trabalho assalariado, como a fábrica - o modelo de clara inspiração leninista. Ficava, assim, comprometida a possibilidade histórica do modelo alternativo - o de uma sociedade cuja agricultura tivesse por base o pequeno empresário agrícola autônomo (1994).

Nessa nova ótica a moradia para o trabalhador rural deixa de existir. Tudo deve ser adquirido no mercado: a terra para subsistir, a casa para morar, o gado para tirar do aperto. Como se refere um entrevistado: “antigamente o pessoal que não tinha campo, criava uma rês - existia folga de campo - criavam no campo de outros e daí ia que adquiria um pedaço de terra” (N. P. S. - Campo da Pedra). Com o estabelecimento de uma legislação trabalhista sem uma política agrícola e agrária paralela que efetive o direito à terra ao trabalhador, nega-se a oportunidade do agregado em tornar-se um produtor autônomo. Muitos agregados passam a residir na beira de estradas, perambulam pelos campos. Muitos desistem dessa busca e migram para outras regiões ou para as cidades.

Com a modernização agrícola, famílias inteiras derradeiramente deixam o campo. Não há mais o serviço do verão (o preparo das taipas, a limpeza do arroz, a colheita e a trilha) Com poucos trabalhadores a máquina substitui todas as tarefas dos trabalhadores volantes que eram buscados mesmo de fora do município. Em poucos anos “não há mais trabalho pros de fora, nem pros daqui”. No inverno, o trabalho com o arado para formar as pastagens é substituído

pelas máquinas. São os pobres do campo, sem terra que migram para povoar a periferias das cidades exercendo atividades que exigem muito esforço físico e pouca habilidade intelectual. Não havia escolas no meio rural local que ensinassem algo mais que ler e escrever. Aos pobres do campo, pouco letrados, que migraram para a cidade sobrou o serviço da construção civil, da carpintaria.

Os produtores de fumo de estufa iniciam essa cultura especialmente a partir da segunda metade da década de 70. Consta que muitos entraram nesse empreendimento mas abandonaram logo depois, por não se adaptarem ao sistema (uso de mão-de-obra, insumos e agrotóxicos). O fumo se desenvolveu em áreas de tração animal e caracterizou-se por grande exigência da mão de obra familiar. Como pode ser cultivado em pequenas áreas (1 ha, 2 ha), viabilizando o preparo do solo com tração animal, foi esta cultura, altamente difundida entre os pequenos produtores familiares descapitalizados, inclusive pelos tradicionais cultivadores de fumo em corda.

O fumo de corda foi por muito tempo de grande aceitação no mercado até a ampla disseminação do cigarro. Aliado ao fator da queda da produtividade natural do solo, há a redução do número de consumidores do fumo em corda. Alguns fumicultores passam a produzir o fumo em sistema de integração com a indústria fumageira o que limita a agregação do valor por parte do agricultor que tem uma demanda de nível tecnológico diferenciado do anterior. No fumo de estufa são necessários insumos tais como, fertilizantes, praguicidas e herbicidas, além de lenha em abundância para a secagem do fumo. Como há um controle direto por parte da indústria fumageira no que se refere as tarefas necessárias para o desenvolvimento da fumicultura, muitos produtores não se adaptam à tal rigidez do sistema, como se refere um fumicultor entrevistado: “diversos plantaram fumo, uns plantaram dois, três anos e pararam, outros continuaram (...) depende do compromisso, tem uns que não se adapta e para logo, pois tem que fazer no dia, não pode deixar passar o ponto e tem que cuidar da estufa” (E. G. Picada do Gama).

Os produtores familiares tradicionais apresentam essa dificuldade para adaptar-se a uma prática de produção rígida, baseada na especialização e na utilização de tecnologias exógenas de alto risco. As relações de trabalho demandadas pela agroindústria fumageira não corresponderam ao cotidiano dos caboclos. Dessa forma, aos imigrantes descendentes de italianos, foi mais fácil adaptar-se às exigências da fumageira. Convém diferenciar os colonos imigrantes dos nacionais ou caboclos e dos indígenas, por apresentarem condições e racionalidades diferentes que explicam aspectos relacionados com a diversidade nos rumos do desenvolvimento agrícola de uma região tal como observa-se acima.

As categorias que os distinguem são definidas por Gehlem em:

a) o agricultor familiar tradicional (idealizado na figura do caboclo) onde,

“o trabalho é necessário, porém é parte relativa da vida. É o fluxo da vida que comanda o uso do tempo o qual subordina o trabalho. Por isso, as técnicas da produtividade pouco significam. O trabalho, por esta concepção não pode destruir a natureza substituindo-a por uma cultura estranha, como o fizeram os colonos imigrantes. O excedente é produzido para garantir a reprodução familiar e a qualidade de vida” (Gehlem, 1998)

b) o agricultor familiar moderno (denominado no sul de colono):

“Na sua trajetória histórica aprendeu a noção de que o trabalho comanda e dá sentido ao tempo . Mais tempo trabalhando ou maior quantidade de trabalho mais filhos resulta em mais produção, melhorando as condições de reprodução familiar e social ou a qualidade de vida. O uso de técnicas tradicionais e de energia interna (sistema sustentável) impede um salto de competitividade e de acumulação capitalista, mas não impede que seja um produtor para o mercado” (Gehlem, 1988).

À partir da década de 90 muitos fumicultores abandonaram a atividade devido a redução do tamanho das famílias, houve migração dos jovens para a cidade, esgotamento das reservas energéticas (lenha), os efeitos danosos dos agrotóxicos sobre a saúde do agricultor e a queda nos lucros pelo diferencial da qualidade na classificação do fumo. Destaca-se que essa atividade de produção está restrita a agricultores de pequenas áreas como define um ex-fumicultor entrevistado: “são pequeno produtor, são de fração de terra muito pequena, tão plantando porque não tem outro meio, alguns até tem que arrenda as terras dos pais ou de outros” (E. G., Picada do Gama).

Muitas áreas que foram intensivamente utilizadas com lavouras hoje foram transformadas em áreas de campo nativo e abrigam o gado no sistema extensivo de criação, sendo utilizado algum reforço alimentar para o período de inverno (mandioca, cana-de-açúcar ou azevém). Um dos principais impactos da fumicultura é relativo ao fim do processo que já se estendia por séculos na região: o aproveitamento das matas de transição como madeira e lenha. Da paisagem atualmente existente não se localizam mais as sombras das matas que abrigavam os viajantes pelos caminhos que interligavam a região. O Serro do Biscaí se constitui num potreiro para o gado, os rios abrigam apenas espininhos, as árvores cultivadas secam a cada verão sob o impacto dos herbicidas e dos escassos veios d’água drenados para a cultura capitalista do arroz.

III.7 Surgimento e avanço de demais culturas sob os incentivos da modernização agrícola

Em meados de 1970, desenvolve-se a lavoura de soja no município, mas ficará restrita a alguns produtores que absorvem a onda de incentivos propiciada a essa cultura. Não se constituirá numa cultura característica às condições agroecológicas da região, sendo que muitos produtores nela investem por apenas um ou dois anos. Alguns poucos se mantêm durante toda a década, são produtores de diversos níveis tecnológicos: da tração animal à tração mecanizada.

O cultivo da soja em áreas de pecuária, pode ser desenvolvido por arrendatários provenientes de outras localidades da região e que apresentam o maquinário necessário para a realização de lavouras monoculturais. Aos criadores de gado o arrendamento de áreas para lavouras de verão lhe favorece pois passa a ter uma área limpa para no inverno cultivar pastagens. Alguns, após anos de arrendamento passam a cultivar o arroz. Com o cultivo da soja, reduzem as invasoras que se desenvolviam em função do cultivo consecutivo de arroz, o que favorece aos proprietários. O cultivo de soja é desenvolvido em pequenas áreas pelos produtores familiares, que utilizam tração animal e colheita manual. Nesse período os pequenos produtores de menor área contratam mão-de-obra para a colheita. Os trabalhadores da colheita são muitas vezes os próprios agricultores da região, normalmente fumicultores ou criadores de gado de pequenas áreas.

Entre os produtores que adotam um maior nível tecnológico e que passam a produzir a soja por mais anos, há os que adquirem financiamento bancário. Estes, apresentaram dificuldades para obter rendimentos adequados a reposição dos investimentos e se endividaram. Os produtores que cultivam soja acabaram desistindo por força de circunstâncias tais como: queda nos preços, surgimento de pragas e exigência de mecanização da colheita que torna a cultura imprópria em áreas de relevo acentuado. Há migrações de jovens e de famílias de agricultores principalmente em direção ao meio urbano. Muitos substituem a soja pela lavoura de arroz, fumo ou pela criação de gado com formação de pastagens no inverno.

Com a internalização da indústria de tratores na década de 70, o trator passa a ser um instrumento essencial para a formação das lavouras de arroz. Junto a ele há os herbicidas, o adubo químico, os inseticidas e, especialmente, as sementes modificadas que garantem mais produtividade por hectare produzido. Aliado ao aumento da produção, há uma mudança drástica nas necessidades de trabalhadores. A demanda passa a ser por menos trabalhadores no campo além de exigir um serviço mais especializado (em torno da condução e manutenção de máquinas e aplicação de insumos). Atualmente são os açudes que sustentam as maiores lavouras de arroz, abrangendo áreas que antes eram banhadas.

Com a mecanização do campo, estimulam-se os criadores a formarem as lavouras de pastagens de inverno, especialmente, para salvar o gado. Na década de 80 a maior parte dos pecuaristas começa a fazer pastagens para alimentar o gado no inverno. Com isso, não é mais necessário desfazer-se de grande parte dos rebanhos no período de inverno. Os pecuaristas passam a reduzir o tempo de engorda dos animais dos tradicionais cinco anos para três anos e podem fazer o comércio de gado de forma mais organizada, através da pesquisa de preços. Também nos Anos 70 há a ascensão dos frigoríficos de carne devido o aumento de consumidores e aos sistemas elétricos de refrigeração que estão altamente difundidos. Alguns pecuaristas começam a distanciar-se, gradativamente, do modo tradicional de organização da produção aproximando-se um pouco mais do tipo social Burguês Capitalista: “Para o Burguês capitalista o trabalho é concedido como gerador de riqueza e seu valor está ligado ao tempo. Diminuição do tempo de trabalho pela intensificação de: tecnologia, energia de fora e capacitação do trabalhador obtendo uma maior produtividade e maior capacidade de

acumulação capitalista” (Ghelem, 1998). Convém destacar, que esse tipo social nem de longe se constitui em uma regra no espaço agrário de Dilermando de Aguiar. São exceções de empresários que foram ampliando seus domínios de capital e se diferenciaram amplamente da grande maioria. Tem sua origem, especialmente, nos pecuaristas que conservaram em seus domínios grandes extensões de terras (não somente devido a heranças, mas por aquisição através da compra) e de gado. De forma pioneira, priorizam a melhoria racial e formação de pastagens. Muitos outros pecuaristas melhoram suas raças e suas pastagens, mas mantêm-se distante de tal racionalidade produtivista, que permite romper com as noções tradicionais de terra e trabalho. Em praticamente todas as localidades (de campo e de mata) foram encontrados os pequenos criadores de gado, que aqui serão denominados de produtor familiar de subsistência. É característica inclusive de antigos produtores familiares capitalizados que reduzem gradativamente suas áreas de lavouras por áreas de campo nativo devido a redução da família (filhos que migram para do meio rural, ficando somente o casal já com mais idade).

Em termos de diferenciação social a novidade está na zona agroecológica campo nativo há o **pecuarista em fase de capitalização** (integra gado/pastagem de inverno ou integra gado/pastagem de inverno/ arrendamento para desenvolver cultura de arroz ou milho); **pecuarista burguês capitalista** e o **pecuarista tradicional** (gado/campo nativo).

À partir da década de 80 choque nos preços do petróleo e a alta assustadora dos juros internacionais, associados a uma inflação interna em pleno crescimento levaram o Estado a abandonar a sua política de crescimento econômico com endividamento, reduzindo, com isso os incentivos de crédito para a agricultura. Porém a necessidade de abastecimento interno a baixos custos forçam o governo a adotar uma política de incentivo a agricultura, sendo, então adotada a política de preços mínimos. Esta mudança na política de incentivos proporcionou o abandono da atividade agrícola por parte de muitos agricultores que detinham pequenas áreas e, portanto incapacitados de produzir em larga escala. Enquanto na região de Coxilhas continuou a se desenvolver uma pecuária em pequena escala, nas terras altas (serra) a produção se restringe a uma policultura de subsistência e comércio dos excedentes. Já a produção de arroz localizadas nas várzeas mantêm-se em processo de acumulação. Mais recentemente, a abertura dos mercados internacionais como uma das características do processo de globalização da economia em vigor atualmente, proporciona ao governo garantir o abastecimento do mercado consumidor interno através de importações, muitas vezes a preços inferiores ao custo da produção interna. Este fato possibilitou ao governo, no final da década de 80, extinguir a política de preços mínimos o que veio incrementar ainda mais o processo de esfacelamento das famílias rurais obrigando as mesmas a destinar parte dos seus membros ao assalariamento em outras atividades. Santa Maria, neste período teve a sua população rural reduzida em 21%.

IV. OBSERVAÇÕES FINAIS

Na região central do RS, é possível identificar uma série de sistemas agrários que evoluíram à partir do século XVIII. Particularmente em Dilermando de Aguiar, nos séculos XVIII e século XIX, o sistema agrário caracterizou-se pelo predomínio das sesmarias e um pequeno grupo de pequenos estabelecimentos em posse de agricultores livres. Essa situação muda drasticamente ao findar o século XIX, com a introdução das políticas de ocupação de terras devolutas existentes na região de mata. Inicia-se o processo de desmatamento mais intenso com a formação das colônias de imigrantes, principalmente italianos. A sociedade agrária regional modifica-se drasticamente, há o fortalecimento da agricultura familiar e a dinamização da economia regional induzido pelo acentuado crescimento demográfico, pela produção e agroindustrialização de alimentos e de serviços de infra-estrutura. Nas décadas de 60 à 80, emergem transformações decorrentes de uma modernização agrícola parcial e excludente, que reflete o desolamento dos anos 90, especialmente no que tange à viabilidade da agricultura familiar e o fortalecimento da economia regional inserida numa proposta de desenvolvimento viável. A modernização agrícola incidiu de forma diferenciada quanto ao produto, regiões e tipos de agricultores, principalmente pela diversidade agroecológica regional e pelas diferenças na dotação de recursos técnicos e econômicos das unidades produtivas. Isto ocorreu, na sua maior parte, através da implementação de políticas públicas seletivas e excludentes que privilegiaram o crescimento da agricultura e não o desenvolvimento dos produtores agrícolas (Kageyama & Hoffmann, 2000).

O diagnóstico do sistema agrário foi pertinente para caracterizar o mosaico de atores sociais diferenciados em termos de tecnologias, recursos e produções convivendo em um mesmo espaço rural. O reconhecimento da heterogeneidade dos estabelecimentos agropecuários, torna-se imprescindível para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural, considerando-se que no plano sócio-econômico, generalizou-se no espaço agrário brasileiro, além da crescente diferenciação entre os agricultores, a concentração do acesso a terra, a terceirização da execução dos trabalhos agrários e a diminuição da população rural economicamente ativa (Doretto Laurenti, & Grossi, 2000).

O conceito de sistema agrário pode ser melhorado se utilizado em sinergia com conceitos como o de ecodesenvolvimento, pois torna-se pertinente não restringir-se a um método particular de análise frente a complexidade apresentada nos programas de gestão do desenvolvimento (Deffontaines & Brossier, 2000). Frequentemente, no contexto regional, são pouco significativos os esforços na elaboração dos diagnósticos participativos como contribuição para uma proposta de desenvolvimento que superasse as formas de produzir tentadas sob bases destrutivas dos ecossistemas e socialmente excludentes. O envolvimento efetivo da sociedade nas etapas de redefinição das ações se consolida através de práticas

participativas que primam pelo fortalecimento das organizações locais, no caso as associações comunitárias, e o necessário embate com a tradição política dominante na região.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**, 1797 - 1933. Santa Maria: UFSM, 1989.
- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho, 1787 - 1930**. Santa Maria, 1989.
- CADESCA/CEE **Programa de seguridad alimentaria del istmo centroamericano. Marco conceptual y metodologico del enfoque de sistemas, aplicado al analisis de la realidad agraria**. Manágua, Nicarágua, 1988.
- DEFFONTAINES, J. P. & BROSSIER, J. Système agraire et qualité de l'eau. Efficacité d'un concept et construction négociée d'une recherche. In: **Revista Natures, sciences et sociétés**. V.8, n.1. Paris, Fr: Éditions scientifiques et médicales Elsevier SAS, 2000.
- DEFFONTAINES, J. P. & OSTY, P. L. Des systèmes de production agricole aux systèmes agraires: présentation d'une recherche. IN: **L'Espace Géographique**. Paris -VI°, n. 3, 1997.
- DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.) . **RS: Economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- DORETTO, M.; LAURENTI, A.; GROSSI, M . Diferenciação dos estabelecimentos familiares na agricultura paranaense. **Anais... X Congresso Mundial de Sociologia Rural; XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. IRSA/SOBER, 30 de jul. à 05 de ago., 2000.
- DUFUMIER, M. **Les projects de développement agricole. Manuel d'expertise**. Paris: Editions Karthala, 1996.
- FASOLO, P. J. Importância e uso dos levantamentos de solos e suas relações como planejamento do uso da terra. **Anais do Congresso Brasileiro e Encontro Nacional de Pesquisa sobre conservação do solo**, 8. 1990. Londrina: IAPAR, 1996.
- GARCIA Jr, A. R. **Terra de trabalho familiar de pequenos produtores** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEHLEN, I. Reforma agrária: opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. In: SAVIO, D. & XAVIER, F. **Direito Agrário em Questão**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 1998.
- KAGEYAMA, A. ; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e pobreza das famílias agrícolas no Brasil. IN: **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural; XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. IRSA/SOBER, 30 de jul. à 05 de ago., 2000.
- MARQUES, A. da F. **Evolução das charqueadas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.
- MARTINI, G. & GARCIA, R. C. (org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: 1987.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MAZOYER, M. & ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine.** Paris: Seuil, 1997.
- MORIN, E. **Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário.** Portugal: Europa- América, 1984.
- PESAVENTO, S. J. **RS: agropecuária colonial & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PIRES, P. J. da F. **Análise inter-relacional de variáveis sócio-econômicas e ecológicas: um estudo exploratório na microbacia do Ibicuí, Santa Maria, RS.** Santa Maria: UFSM, 1999 (dissertação de mestrado).
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- ROSS, J.L.S. Geomorfologia aplicada aos EIAs-RIMAs. In: GUERRA & CUNHA (Org). **Geomorfologia e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento rural, coletividades territoriais e construção de territórios no Nordeste Semi-Árido. In: **Anais do Seminário Internacional "Planejamento e Desenvolvimento Territorial".** Campina Grande, PB: UFPB/CIRAD, 28 à 30 set., 1999.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- SCHIMITZ, P. I. Migrantes da amazônia: a tradição tupiguarani. IN: **Arqueologia do RS- Brasil** n. 05, São Leopoldo: UNISINOS, 1991. (série documentos)
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SILVA, V. H. de O.; PRADÉ, E. E. & KLEIN, A. I. Sítio cerâmico tupiguarani na bacia do rio vacacaí-mirim. In: **Revista do Instituto histórico e geografia de Santa Maria, RS.** n.03, 1993.
- SILVEIRA, P. R. C. da **Reflexões sobre o modo de gestão em sistemas de produção agrícola familiares - um estudo exploratório.** Santa Maria: UFSM, 1994 (dissertação de mestrado).
- VASSALO, M. A. Investigación en desarrollo agrario y el papel de los sistemas de producción. In: **Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção da SBS.** Florianópolis, 1989.